

Brasil Patrimônio Cultural
Cinema, Som e Vídeo
Cultura Afro-Brasileira
Gestão da Política de Cultura
Livro Aberto
Monumenta: Preservação do Patrimônio Histórico
Museu Memória e Futuro
Música e Artes Cênicas
Produção e Difusão Cultural

Ministério da Cultura

Brasil Patrimônio Cultural

Resultados

O Programa objetiva conservar e revitalizar o patrimônio cultural brasileiro, entretanto, sua execução sofreu os prejuízos decorrentes do contingenciamento ocorrido no presente exercício, obrigando o Ministério da Cultura a alterar o comportamento de anos anteriores, quando absorvia os cortes nos recursos programados, não os repassando para as vinculadas.

Em 2002, foram estabelecidos limites orçamentários que permitiram pagar os compromissos e serviços de manutenção, de funcionamento da máquina administrativa e algumas atividades relativas à missão institucional, principalmente na fiscalização e inspeção técnica junto aos bens do patrimônio histórico, artístico e arqueológico. Não houve, portanto, possibilidade de atender às diversas demandas provenientes das comunidades vinculadas aos sítios históricos e demais áreas tombadas, com impactos negativos junto a esse público-alvo. A avaliação do primeiro ano de execução do Programa permitiu verificar que existiam ações superpostas que não justificavam esforço técnico de implementação pela similaridade com outras. Após revisão criteriosa, alcançou-se um programa mais enxuto, tornando-o mais eficaz e eficiente na gestão de suas ações, suficientes para a preservação, a contento, do patrimônio cultural brasileiro.

Os indicadores do Programa são conceitualmente adequados para quantificar a preservação dos bens imóveis e acervos culturais protegidos. Entretanto, continuam os problemas observados na avaliação de 2001 quanto à sua aplicação prática, exigindo adequação das informações disponíveis e adaptação de metodologia de coleta e armazenamento dos dados primários. Avanços foram realizados no exercício, não se conseguindo, entretanto, atingir o estágio de aplicação esperado.

Em decorrência do corte de recursos, em 2002, o Programa não obteve resultados expressivos na preservação do patrimônio cultural. Alguns bens tiveram sua conservação realizada dentro das possibilidades orçamentárias. Contudo, o contingenciamento orçamentário que se verificou no âmbito da administração federal atingiu drasticamente as ações finalísticas. O Ministério da Cultura fez um destaque para que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan descentralizasse recurso para Goiás a fim de fazer frente ao sinistro que destruiu pelo fogo a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, em Pirenópolis. Houve, ainda, uma determinação do Ministro da Cultura, por meio de portaria, para que os recursos liberados somente sejam alocados no Programa Apoio Administrativo - infra-estrutura. Dessa forma, o Programa ficou prejudicado no desenvolvimento das suas ações finalísticas. Apenas a atividade de Rotina, Inspeção Técnica e Fiscalização de Bens Protegidos foi realizada. A expectativa é que todas as metas previstas no PPA para o exercício de 2003 sejam cumpridas, desde que não haja corte e contingenciamento de recursos.

Num segundo plano de análise, observa-se que a amplitude das finalidades do Programa são extremamente longas, especialmente quando se verifica os diferentes tipos de patrimônio cultural, material e imaterial, incluídos nessas responsabilidades: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Gerente:

Carlos Henrique Heck

Assim, considerando-se a abrangência nacional desse patrimônio cultural, é importante ressaltar que os limites orçamentários definidos pela Lei Orçamentária Federal, nos últimos anos, além de indicar progressivas reduções, não são compatíveis com a realidade das demandas existentes no País.

Concepção O Programa **Brasil Patrimônio Cultural**, conforme estabelecido no PPA 2000-2003, tem sua origem na missão do Iphan, desde sua criação, em 1937, de preservar o patrimônio cultural e que permeou os programas conexos previstos em orçamentos anteriores à Constituição e os planos plurianuais inscritos na Carta Magna de 1988.

O PPA 1995-1999 criou condições para a vigência de uma Gestão Pública Empreendedora focada em resultados e estabeleceu uma série de ações e metas para execução pelo Iphan. Estas serviram de base para a elaboração das ações do Programa no PPA 2000-2003 perfeitamente adequadas ao objetivo.

Entretanto, há problemas que ainda não foram sanados e que se referem ao dimensionamento do público-alvo, e indicadores de resultado que, também, não possibilitam avaliar os impactos causados pela intervenção promovida pelo Programa.

Implementação Há inexistência de sistema *on-line* para troca de informações e alimentação direta, da execução físico-financeira. As informações chegam ao gerente de modo incompleto e, apesar das solicitações, muitas vezes deixam de ser enviadas em decorrência da mudança constante de responsáveis nos órgãos que integram o Programa.

O Programa, nos dois primeiros anos do PPA, 2000 e 2001, teve padrão de execução financeira satisfatório. A estabilidade econômica permitiu que os projetos fossem implementados ao longo dos exercícios sem alterações dos preços dos materiais e dos serviços contratados. Os contingenciamentos orçamentários foram totalmente absorvidos pelo Ministério da Cultura, no caso das vinculadas com ações referentes ao Programa, não havendo impactos sobre a execução das metas programadas. Entretanto, por lidar com um tipo de bem cultural que sofre as incertezas do clima, há sempre as ocorrências consideradas emergenciais, para serem atendidas, exigindo recursos orçamentários extras.

Em termos multissetoriais, o desempenho do Programa foi positivo apesar de sua magnitude. A grande dificuldade gerencial está relacionada com o monitoramento mais eficiente das ações executadas pelos diversos órgãos e ministérios envolvidos. Falta um sistema que permita maior interação e sinergia entre o gerente e os responsáveis pela execução e acompanhamento das ações distribuídas pelos diversos setores. As informações são repassadas de maneira burocrática, sem atingir o objetivo do Programa de avaliar instantaneamente a eficácia da execução e fazer os remanejamentos caso sejam necessários.

É necessário desenvolver um sistema de monitoramento que permita diálogo e troca de informações instantâneas para tornar eficiente e eficaz a gestão do Programa no tocante à execução física.

Os cursos, seminários e *workshops* realizados pela ENAP foram importantes para o desempenho da equipe gerencial. Entretanto, não há um indicador passível de medir os avanços no aperfeiçoamento da gestão dos responsáveis pelas ações nos diversos órgãos. O problema, portanto, não é a capacitação que possui nível de excelência, mas dos instrumentos de monitoramento.

O Programa é executado de forma direta, pela própria natureza das intervenções, por se tratar de preservar bens móveis e imóveis tombados pela União. As intervenções, portanto, têm um caráter reativo devido à grande quantidade de bens do patrimônio histórico, artístico e arqueológico a serem protegidos e conservados. As ações de preservação desse patrimônio ainda não foram descobertas, com raras exceções, como fator de dinamização econômica dos sítios históricos tombados, nacional e internacionalmente. Entretanto, houve uma parceria importante para a realização do Guia Brasileiro de Sinalização Turística com a Embratur e o Denatran, lançado em dezembro de 2001.

Não há parcerias formais ou informais com outros programas do PPA.

Audiências públicas são realizadas, quando há demanda por parte de cidades históricas para transformá-las em Patrimônio da Humanidade.

O Prêmio Rodrigo Mello Franco de Andrade mobiliza pessoas físicas e jurídicas que lutam pela preservação do patrimônio cultural na disputa das categorias em que se divide o prêmio.

Os custos para a implementação de métodos científicos de avaliação da satisfação do público com o trabalho das instituições participantes do Programa são de grande monta. Medir o resultado dessas ações junto ao público exige que o universo entrevistado seja considerável para dar maior grau de confiabilidade à pesquisa. E não há disponibilidade de recursos para tal fim.

Em 2002, o Programa sofreu os prejuízos decorrentes do contingenciamento ocorrido, obrigando o Ministério da Cultura a alterar o comportamento de anos anteriores, quando absorvia os cortes nos recursos programados, não os repassando para as vinculadas. Em 2002, foram estabelecidos limites orçamentários que permitiam pagar os compromissos e serviços alusivos à manutenção e funcionamento da máquina administrativa e algumas atividades relativas à missão institucional, principalmente no pagamento de passagens e diárias para não haver interrupção na continuidade da fiscalização e da inspeção técnica junto aos bens do patrimônio histórico, artístico e arqueológico. Não houve, portanto, possibilidade de atender às diversas demandas provenientes das comunidades vinculadas aos sítios históricos e demais áreas tombadas, com impactos negativos junto a este público-alvo.

Cinema, Som e Vídeo

Resultados

As ações da Secretaria do Audiovisual foram redimensionadas em função das Medidas Provisórias nº 2.219 e 2.228, ambas de setembro de 2001, que criaram a Agência Nacional do Cinema - Ancine. Em decorrência dessa reestruturação de suas funções, a Secretaria do Audiovisual passou a concentrar as suas ações no atendimento do público-alvo representado pela sociedade em geral (por meio de programas e ações relacionados com a formação de público para o audiovisual brasileiro, como a TV Cultura & Arte e o projeto A Redescoberta do Cinema Nacional, por exemplo) e no estímulo ao surgimento e aperfeiçoamento de novos talentos (com o apoio à realização de concursos públicos voltados para a descoberta de novos cineastas e para a concessão de bolsas de estudos). Com o novo desenho institucional, tais ações do Programa tornaram-se mais diretamente ligadas à vertente propriamente cultural da atividade audiovisual.

Para atendimento dessas tarefas, a dotação orçamentária para o ano de 2002 foi mantida no mesmo patamar do ano anterior (R\$ 15.537.710,00 em 2001 e R\$ 15.108.901,00 em 2002). No entanto, com o contingenciamento de R\$ 9.754.717,00 as ações previstas para este ano foram prejudicadas.

Alguns exemplos podem ser indicados:

- Não foram realizados concursos públicos para a premiação de longas, médias e curtas metragens e de telefilmes. Tal ação é atividade prioritária da Secretaria do Audiovisual, em face do processo de reestruturação de funções a que ela se submeteu em 2001. Em 2002, foram repassados apenas os recursos necessários à complementação de etapas específicas dos concursos realizados no ano anterior.
- O aumento da visibilidade do cinema brasileiro no exterior teve solução de continuidade.
- O incremento da visibilidade do cinema nacional no País ficou comprometido, já que vários festivais nacionais deixaram de ser apoiados.

Em 2003, espera-se que este cenário possa mudar, de forma a incorporar novas metas e novos resultados, incluindo: maior diversificação de parceiros (com a participação de Estados, municípios, igrejas e sindicatos); ampliação do escopo de atendimento do público-alvo (incluindo populações carentes, bem como de cidades de pequeno e médio portes); e incremento do processo de desconcentração geográfica (de forma a diminuir a preponderância do eixo Rio-São Paulo).

Concepção

Para acompanhar a dinâmica das mudanças operadas no setor audiovisual do País, foi necessário definir um indicador que pudesse explicitar, com eficiência e transparência, o ritmo e a extensão deste processo.

Para o atendimento desta meta, o Programa **Cinema, Som e Vídeo** passou a atender às novas demandas do mercado, dos produtores e da sociedade brasileira em geral, concentrando os seus esforços no atendimento de quatro dimensões estratégicas: dar continuidade e ampliação do apoio à produção e comercialização do audiovisual brasileiro por meio de concursos públicos; ampliar o espaço de difusão do produto cinematográfico brasileiro no País e no exterior; incrementar o processo de formação de público para o produto audiovisual nacional; e estimular a formação profissional para o atendimento da

Gerente:

José Álvaro Moisés

diversidade da demanda atual para o desenvolvimento do setor. Para tanto, várias ações foram identificadas, incluindo: Fomento a Projetos Culturais na Área de Audiovisual; Promoção e Intercâmbio de Eventos Audiovisuais no País e no Exterior; Concessão de Bolsa na Área de Audiovisual; e Apoio ao Canal Cultura & Arte.

A origem desta mudança pode ser buscada na falta de uma visão mais sistêmica do desenvolvimento da cadeia produtiva do audiovisual no País. As oscilações no âmbito da captação indicavam a necessidade de uma participação mais ativa do Estado na busca da maturidade do setor. Tal necessidade foi identificada pela Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura por meio de um diagnóstico, realizado em meados do ano 2000, bem como à avaliação da própria comunidade cinematográfica. Em função disso, o Governo Federal criou o Grupo Executivo de Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica - GEDIC e a Ancine. Com as mudanças, a Ancine passou a ter a responsabilidade de reconfigurar a matriz organizacional da indústria cinematográfica e a Secretaria do Audiovisual ficou responsável pela atuação mais intensa na difusão e no fortalecimento da vertente cultural do audiovisual brasileiro.

O novo modelo de relacionamento entre o setor público e o setor privado, entre o Estado e o mercado, parte, portanto, da idéia de que a cultura é um bem público, um valor da sociedade moderna e uma arena privilegiada para a afirmação e preservação da identidade nacional. A nova ênfase está voltada para a valorização e o incremento do conteúdo brasileiro nos meios de comunicação de massa, na valorização do cinema como um meio privilegiado de expressão, no estímulo à qualidade, criatividade, experimentação e na renovação de linguagens dos produtos audiovisuais.

Para se entender o alcance e a profundidade das modificações promovidas no âmbito do audiovisual brasileiro, há que se identificar alguns elementos que contribuem para parametrizar a articulação entre o Programa e o setor do audiovisual. São eles:

- Adequação do objetivo ao problema: com a reconfiguração da matriz organizacional do audiovisual brasileiro, a divisão de tarefas entre a Secretaria do Audiovisual e a Ancine tornou-se mais clara. O objetivo do Programa é contribuir para fortalecer a vertente propriamente cultural do audiovisual brasileiro, por meio do fomento da produção de qualidade; identificação de novos talentos e apoio à produção de curtas, médias e longas metragens, autorais e experimentais, de importâncias artísticas e culturais, cuja existência não pode ser assegurada pela dinâmica do mercado; além do estímulo ao processo de qualificação do profissional e do produto audiovisual nacional.
- Caracterização do público-alvo: o público-alvo do Programa é composto pela sociedade brasileira (em geral) e cineastas (em particular), já que o Programa está comprometido com a melhoria da qualidade do produtor e do produto audiovisual brasileiro.
- Dimensionamento do público-alvo: o público-alvo do Programa é composto por toda a sociedade brasileira (em geral) e pelo setor cinematográfico e audiovisual nacional (especificamente).
- Espectro de regionalização: a abrangência do Programa é nacional.
- Pertinência das ações: as ações do Programa são pertinentes, já que elas estão dirigidas para o fomento a projetos culturais na área de audiovisual, promoção e intercâmbio de eventos audiovisuais no País e no exterior e

concessão de bolsa na área de audiovisual. As ações são, basicamente, concebidas para formação de público e difusão do produto audiovisual brasileiro.

- Suficiência das ações: outras ações, mais especificamente relacionadas com a difusão e a preservação de acervos audiovisuais, podem ser incorporadas ao fomento de projetos audiovisuais na área de audiovisual.
- Suficiência de metas físicas: as metas físicas do Programa foram compatibilizadas com a série histórica, mas precisam ser redimensionadas.
- Adequação dos indicadores: o indicador representado pelo alcance do percentual de 20% do mercado nacional pelo produto audiovisual brasileiro foi modificado em 2002, passando a acompanhar a taxa de lançamentos de filmes brasileiros em relação a filmes estrangeiros.
- Matriz de fontes de financiamento: o Programa possui as seguintes fontes de financiamento: fomento a projetos culturais na área de audiovisual (administração direta e FNC); concessão de bolsa na área de audiovisual (FNC); apoio ao Canal Cultura e Arte (FNC); e promoção e intercâmbio de eventos audiovisuais no País e no exterior (FNC).

Para compreender as ações implantadas no PPA e, ao mesmo tempo, dimensioná-las, há que se fazer referência aos projetos desenvolvidos, em retrospectiva histórica. Tais projetos tiveram um papel relevante no impacto social do Programa. Foram eles:

- Concursos públicos: os concursos públicos dirigidos para a premiação de roteiros de longa metragem, a produção de curta e de média metragens e a produção de longa-metragens de baixo orçamento e de telefilmes foram redimensionados, passando a ser prioridade da Secretaria do Audiovisual. Embora não tenham sido realizados em 2002, face ao contingenciamento do orçamento, os concursos públicos realizados contribuíram para a valorização do cinema como um meio privilegiado de expressão a partir do estímulo à qualidade, criatividade, experimentação e renovação de linguagens dos produtos audiovisuais.
- TV Cultura e Arte: este canal foi implantado com base no pressuposto de que a cultura é um poderoso componente do processo de formação de identidades e da auto-estima dos povos. O seu compromisso era com a difusão da "cultura brasileira para os brasileiros", com ênfase na transmissão de programação de qualidade, capaz de refletir e difundir a riqueza e a diversidade cultural do País. A partir de 30 de abril de 2001, quando foi criada, a TV Cultura e Arte passou a veicular diversas formas de expressões artísticas e culturais do povo brasileiro, chegando a alcançar dezessete estados brasileiros, sendo divulgados pela TV Cultura de São Paulo e por várias operadoras brasileiras. O sinal da televisão também era transmitido pela TV Escola do Ministério da Educação, atingindo 62 mil escolas públicas em todo País, e cerca de 8,5 milhões de antenas parabólicas.
- A Redescoberta do Cinema Nacional: com o objetivo de despertar o público brasileiro para um encontro com a trajetória de formação de nossas bases históricas e culturais e com as raízes de nosso imaginário coletivo, este projeto foi realizado, desde 1999, como parte de uma política cultural voltada para a consolidação da indústria cinematográfica no País. Em parceria com a TV Escola, do Ministério da Educação, buscou veicular filmes brasileiros em 62 mil escolas públicas espalhadas de norte a sul do País.

- Cinema na Praça: projeto subsidiário da Redescoberta do Cinema Nacional, o Cinema na Praça foi desenvolvido, em 1999 e 2000, com o objetivo de divulgar o cinema nacional em praças públicas de cidades de médio e pequeno porte.
- Mostras e festivais no País e no exterior: a visibilidade do cinema nacional no País e no exterior foi ampliada nos últimos três anos, resultando na presença crescente e na premiação de filmes brasileiros em festivais nacionais e internacionais.
- Grande Prêmio Cinema Brasil: criado em 1999, o Grande Prêmio contribuiu para premiar filmes, artistas e empresas relevantes para a divulgação da cinematografia brasileira.

.....

O distanciamento entre o orçamento planejado e o reprogramado comprometeu, sobremaneira, a nova divisão de tarefas, tendo em vista a criação da Ancine. Com a responsabilidade de cuidar da dimensão propriamente cultural da atividade audiovisual no País, a SAV buscou valorizar e incrementar o conteúdo brasileiro nos meios de comunicação e de estimular a busca de qualidade, criatividade, experimentação e renovação de linguagens dos produtos audiovisuais. Em 2002, no entanto, tal tarefa foi prejudicada, já que a SAV, por exemplo, deixou de realizar concursos públicos neste ano (e apenas repassou recursos para atendimento de etapas anteriores).

Implementação

Além disso, há que se considerar que existe sobreposição de tarefas e ações práticas. Isto significa reconhecer que o Programa **Cinema, Som e Vídeo**, inclusive, é conduzido por três órgãos específicos, a saber, Secretaria do Audiovisual, Funarte e Ancine, onde cada um desses órgãos mantém a sua autonomia no que diz respeito à implementação. Há necessidade, portanto, de aperfeiçoamento de mecanismos institucionais (e não meramente funcionais e/ou circunstanciais) que possam fundamentar uma articulação maior entre eles e de contribuir para a consecução de uma ação crescentemente coordenada.

Alguns parceiros que colaboram no processo de divulgação de filmes nacionais foram: Instituto Cultural Itaú, Fundação Darcy Ribeiro, TVPUC/SP e Instituto Moreira Salles. Existe ainda um trabalho conjunto com o Ministério das Relações Exteriores para divulgação de filmes brasileiros no exterior.

O ano de 2002 foi atípico, já que os Decretos-Lei nº 4.120 e nº 4.320 impossibilitaram o atendimento de novos projetos antes da liquidação dos compromissos assumidos em 2001. Em decorrência disso, o fluxo de recursos sofreu descontinuidade, prejudicando, sobremaneira, o atendimento das novas funções demandadas pelo redesenho institucional das funções da Secretaria do Audiovisual face à criação da Ancine.

Os recursos materiais também foram insuficientes para o atendimento de várias ações (por exemplo: consolidação da TV Cultura & Arte, ampliação do projeto A Redescoberta do Cinema Nacional, realização do Cinema na Praça etc.).

A infra-estrutura é o “calcanhar de Aquiles” do Programa, sendo inadequada para a consecução de uma política pública de fomento à vertente cultural da atividade audiovisual no País balizada em metas de eficiência, eficácia e efetividade. Há necessidade de uma política de formação de recursos humanos para o atendimento das funções públicas, notadamente no que diz respeito às atividades fins da SAV e de qualificação permanente do pessoal disponível para o atendimento das funções públicas e de qualificação permanente dos recursos humanos disponíveis.

No que tange à questão da participação da sociedade civil no setor do audiovisual brasileiro, é impossível deixar de reconhecer o alto grau de importância de uma adequada articulação entre o Estado e o cidadão, até porque a sociedade civil é a maior beneficiária de uma política pública voltada para a construção da cidadania. No entanto, ainda não existem mecanismos formalmente estabelecidos para a mensuração do impacto social das políticas adotadas pela Secretaria.

Em relação, especificamente, ao projeto A Redescoberta do Cinema Nacional, há que se considerar a tentativa de aferição de satisfação do usuário/beneficiário por meio das coordenadorias regionais da TV Escola do MEC. Houve solução de continuidade, já que essas coordenadorias não se manifestaram.

Cultura Afro-Brasileira

Resultados

Foram tituladas 21 comunidades remanescentes de quilombo em todo o território nacional: Comunidades São José, Mata Cuece, Apui, Silêncio e Castanhanduba, no município de Óbidos (PA); Porto Coris, em Leme do Prado (MG); Kalunga, em Teresina de Goiás; Monte Alegre e Cavalcante (GO); Mocambo, em Porto da Folha (SE); Rio das Rãs, em Bom Jesus da Lapa (BA); Eldorado, São Paulo (SP); Furnas do Dionísio, Jaraguari (MS); Furnas da Boa Sorte, Corguinho (MS); Santana, em Quatis (RJ); Castainho, em Garanhuns (PE); Mata Cavalo, Nossa Senhora do Livramento (MT); Conceição das Crioulas, Salgueiro (PE); Quilombos de Maria Rosa, em Iporanga (SP); Pilões, em Iporanga (SP); São Pedro, em Eldorado (SP); Comunidade Gurupa-mirim, Jocojo, Flexinha, Carrezado, Camutá do Ipixuna, Bacá do Ipixuna, Alto Ipixuna e Alto Pucuruí, em Gurupá (PA); Comunidade Maria Ribeira, Gurupá (PA); Comunidade África e Larangituba, em Mojú (PA); Camiranga, em Cachoeira do Piriá (PA); Nossa Senhora do Bom Remédio, Abaetetuba (PA); Comunidade de Alto e Baixo Itacuruçu, Campopema, Jenepauba, Acaraqui, Lago São João, Arapupu e Tauaré-açu, em Abaetetuba (PA). Foram executados procedimentos de reconhecimento (relatório técnico e topografia) em 39 comunidades remanescentes de quilombo em todo o território nacional, com vistas à titulação.

Também foram reconhecidos como territórios culturais afro-brasileiros sítios históricos e lugares sagrados em todo o território nacional: Ladeira do Curuzú, Rua do Curuzú, Bairro da Liberdade, Salvador (BA); Terreiro de Mãe Menininha do Gantois; Terreiro de Mãe Hilda, Terreiro Bate Folha, Terreiro Bogun, em Salvador (BA); Terreiro Viva Deus, em Cachoeira (BA) e a antiga locação da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, em Pirenópolis (GO).

Ocorreu ainda a restauração física de sítios históricos e lugares sagrados da cultura afro-brasileira em todo o território nacional: sede do Museu do Axé Opo Afonjá, Terreiro Casa Branca, Terreiro Bogun, Terreiro Bate-folha, Terreiro de Mãe Hilda, Terreiro de Mãe Olga do Alaketu, em Salvador (BA); Restauração da Mina de Chico Rei, Ouro Preto (MG); Restauração da Capela Nossa Senhora Mãe dos Homens, Ouro Branco (MG).

Informações referentes à cultura negra, bem como serviços de pesquisa de dados, cadastro para envio de material referente ao acervo por meio eletrônico, para toda a população brasileira, em todo o território nacional, foi disponibilizado portal Palmares na internet.

Foi implantado o Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra, com um banco de dados em meio eletrônico contendo especificidades sobre a cultura negra, referências bibliográficas, referências de personalidades e organizações ligadas ao movimento social negro.

Foi construído e implantado o Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra, de Uberlândia e região e o Micromuseu do Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra de Brasília (DF), com informações on-line via internet, sobre cultura afro-brasileira, com terminais eletrônicos de acesso, em um espaço localizado no Projeto Orla, às margens do lago Paranoá.

Gerente:

Carlos Alves Moura

Concepção

O Programa **Cultura Afro-brasileira** veio ocupar, em parte, uma lacuna histórica que existiu e existe no reconhecimento às origens étnicas do povo brasileiro, com relação à contribuição dos afrodescendentes no processo econômico, político e sócio-cultural do País. Uma das mais cruéis formas de se apagar a auto-estima de um povo é deixar que sua cultura se perca, que seus sítios históricos se deteriorem com as intempéries, que seus rituais religiosos sejam esquecidos. O povo brasileiro tem em sua formação étnica a contribuição valorosa do descendente do homem africano, que chegou em uma condição humilhante de escravo, mas que conseguiu, apesar das adversidades, marcar sua presença na cultura brasileira.

É necessário o incentivo à prática da cultura negra em todo o território nacional, seja por meio da capoeira, do candomblé, das congadas, e de tantas e tantas outras formas de manifestação dessa cultura. É preciso incentivar em todo o território nacional a discussão sobre os valores anti-racistas, da inclusão de um olhar diferenciado no trato com comunidades de remanescentes de antigos quilombos, valorizando, sobretudo, a perpetuação de seus valores culturais. É preciso incentivar os jovens negros a conhecerem a sua cultura e saberem que têm seu espaço garantido numa sociedade justa.

O impacto da execução das ações do Programa perante o público-alvo, a população negra brasileira, embora modesto, gerou um processo de retomada da identidade dos afro-brasileiros, fruto das discussões acontecidas durante a III Conferência Mundial da ONU de Combate ao Racismo, cuja participação da comunidade afro-brasileira deu-se com a ação deste Programa. Hoje discute-se no Brasil ações afirmativas para a população negra, como cota em universidades, e o Plano Nacional de Direitos Humanos II, que prevê ações afirmativas para ocupação de cargos públicos para afrodescendentes. O Ministério da Reforma Agrária implantou sistema de ações afirmativas que beneficia empresas prestadoras de serviço que tenham em seus quadros funcionais uma porcentagem de negros e negras equivalente à nossa diversidade étnica.

O quantitativo das ações, proporcionalmente aos recursos financeiros, necessitam de incremento na ordem de três vezes o que se tem hoje, para que se possa atender à demanda. Já os indicadores devem ser revistos para que se possa realmente mensurar com clareza e objetividade os resultados obtidos.

Parcerias são desenvolvidas com órgãos do terceiro setor, ONGs, que potencializam a execução de algumas ações. Porém, não há, hoje, um plano de avaliação eficiente. Não há mecanismos formais para se mensurar o impacto do Programa na sociedade, assim como, não existe instrumento formal para articulação com outras unidades do Ministério.

Os indicadores atualmente utilizados não espelham os resultados atingidos pelo Programa. Sem dúvida, o aspecto que mais contribuiu para a implementação do Programa foi o trabalho junto às comunidades.

Implementação

O padrão de execução financeira foi prejudicado pelo permanente contingenciamento de recursos financeiros e atraso nos repasses que não possibilitaram o cumprimento de acordos com terceiros e com a sociedade. Ainda assim, dentro do possível, utilizando-se das verbas disponíveis, houve um nível de execução financeira, dentro do Programa, que possibilitou a execução de metas mínimas. Há necessidade de se incrementar o aporte financeiro com novas receitas.

É certo também que houve problemas, causados principalmente por contingenciamento financeiro, que restringiram a execução em um nível muito

aquém do projetado, mas mesmo assim buscando parcerias, esforçando-se para cumprir as metas acordadas principalmente com o movimento social negro brasileiro, foi possível se chegar a um nível mínimo de execução que garantisse atuar em todo o Brasil, apoiando projetos, restaurando sítios históricos que estavam esquecidos pelo poder público e fazendo chegar às comunidades remanescentes de quilombo, a cidadania, por meio de ações que visam sua titulação e o desenvolvimento sustentável das mesmas. Devido ao alcance nacional das ações, é necessário que haja mais recursos para que seja efetivado um maior número de produtos por ação do Programa.

Como não há nenhum instrumento formal para a integração com outros órgãos, o sucesso da execução depende do esforço pessoal dos gerentes e assessores para se alcançar um consenso sobre as metas e formas de execução da ação.

Houve incremento significativo no esforço para capacitação, sendo que a ENAP ofereceu vários cursos. Porém, devido à falta de pessoal disponível, nem sempre foi possível realizar o treinamento.

As parcerias foram fundamentais para a execução das ações dos programas. Devido ao contingenciamento dos recursos financeiros, somente por meio de parcerias com ONGs, outro órgão de governo e do terceiro setor, foi possível a execução da maioria das ações, sendo que os parceiros sempre se mostraram fiéis ao cumprimento dos objetivos pactuados.

Seriam vantajosas várias parcerias com vários outros programas, que foram identificados no início do PPA, porém, pela falta de instrumentos específicos que permitissem essa interação, não logrou êxito.

A participação do beneficiário se dá pelo apoio a projetos, por meio, principalmente de convênios. Há dificuldades na implementação do mecanismo, bem como em seu acompanhamento, devido ao déficit de pessoal técnico existente. Tem-se procurado parcerias para a incorporação de mão-de-obra técnica especializada.

Em 2002, a execução do Programa foi prejudicada também pela insuficiência de recursos: financeiros, humanos, materiais e de infra-estrutura.

Não há pesquisa formal de satisfação do usuário. Uma pesquisa desse porte, pelo Programa ter abrangência nacional, demandaria um custo que teria de ser previsto no próprio PPA.

Gestão da Política de Cultura

Resultados O Programa deverá, em longo prazo, atingir a clientela interna (Ministério) e também a externa (sociedade em geral), na medida em que aglutina ações, como o Sistema Nacional de Informações Culturais, que tende a ser, no futuro, referencial de informações culturais da população brasileira. A ação Coordenação e Manutenção do Fundo Nacional de Cultura - FNC, além de dar suporte ao desenvolvimento das atividades correlatas ao bom desempenho dos programas e ações que compõem o FNC, agrega em si um apelo nítido de atendimento à sociedade, por meio da avaliação, da aprovação, do acompanhamento e da prestação de contas dos projetos dela demandados e que são atendidos, quer pelo mecanismo de incentivos fiscais, quer pelos recursos oriundos do próprio FNC. Por tudo isso, trata-se de um Programa que registrou um dos maiores desempenhos na execução financeira dentre os demais. Fruto disso são os benefícios aferidos:

- Continuidade regular dos procedimentos de avaliação, aprovação e prestação de contas de projetos patrocinados pelas leis de incentivos fiscais.
- Garantia das publicações dos projetos aprovados pelo Mecenato e pelo FNC junto à Imprensa Nacional (Diário Oficial da União).
- Ampliação do parque de informática, mediante sua renovação (microcomputadores), troca do cabeamento da rede lógica do Ministério, aquisição de servidores de rede e aquisição de impressora a laser com capacidade de impressão de até 24 ppm, frente e verso, em substituição às impressoras jato de tinta. Além do aspecto de economicidade gerada pela aquisição dos equipamentos nos gastos administrativos, haverá a potencialização da produção de documentos nos aspectos de tempo, segurança e qualidade.
- Inicialização do processo junto à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP, visando à implantação do módulo de integração de informações gerenciais, como parte do Sistema Nacional de Informações Culturais, sustentado em ferramentas de gestão, possibilitando, assim, o cumprimento pleno de sua missão e objetivo social, focada na mensuração e avaliação de resultados. O projeto requer recursos adicionais que serão custeados pelo Programa de Modernização do Setor Público. No momento, encontra-se em estudo/paralisado naquela Secretaria.
- Deslocamentos das equipes de fiscalização *in loco* de projetos apoiados pelo Fundo Nacional de Cultura, conferindo à administração experiência para a implementação de mecanismos voltados para a aferição de desempenho e resultado.
- Elaboração do projeto de aperfeiçoamento de procedimentos para a apresentação, análise, aprovação e acompanhamento de projetos apoiados por incentivos fiscais, criando mecanismos simplificados e dinâmicos na relação Ministério x sociedade (produtores culturais, artistas, técnicos etc.), dentre outros.

Gerente:

Ulysses Cesar Amaro de Melo

Assim como a integração de todas as informações geradas no âmbito do Ministério, no que respeita aos aspectos de análise, acompanhamento, prestação de contas, execução orçamentária, física e financeira, planejamento, avaliação etc. abrangendo a administração direta e as entidades vinculadas.

Registra-se que todas essas atividades, atinentes ao objetivo do Programa, não foram custeadas com recursos do Programa em sua totalidade, devendo, para tanto, no próximo PPA, conter recursos suficientes à sua finalidade, principalmente quanto ao Sistema Nacional de Informações Culturais, caso o mesmo não se viabilize pela Seges/MP.

O Programa **Gestão da Política de Cultura** surgiu com a necessidade de se executar a política setorial de cultura, bem como coordenar e prestar suporte técnico aos programas finalísticos que se encontram sob responsabilidade do MinC. O gerente deste Programa coordena e apóia a ação dos gerentes dos programas finalísticos e exerce a interlocução com o órgão central de planejamento (SPI) nas atividades de formulação e revisão de políticas e de programas.

Concepção

Suas ações estão distribuídas por todas as unidades orçamentárias do MinC, dentre as quais a Fundação Casa de Rui Barbosa, Fundação Biblioteca Nacional e Fundação Nacional de Artes, situadas no Rio de Janeiro, e a administração direta, a Fundação Cultural Palmares e o Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico, que, possuem sede em Brasília.

Busca, também, criar condições para o pleno funcionamento do Programa Nacional de Apoio à Cultura - Pronac, dando-lhe condições para o seu adequado funcionamento, envolvendo suporte material e de recursos humanos, que garantam o desenvolvimento das ações voltadas para as leis de incentivo à cultura e do Fundo Nacional de Cultura.

Incorpora, ainda, o papel de criar mecanismos e conduzir as atividades relacionadas às demandas do ciclo de gestão, envolvendo as gestões administrativas, orçamentárias e financeiras, bem como o Plano Plurianual (elaboração, revisões e avaliações), exigindo, por consequência, a concepção e implementação de sistemas informatizados integrados.

Especificamente no que tange ao processo de implementação e manutenção do Sistema Nacional de Informações Culturais, em que pesem as medidas adotadas junto à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, caso as mesmas não se concretizem, torna-se imprescindível o estabelecimento de plano de ação com metas, prazos, responsáveis e recursos orçamentários específicos do MinC para o desenvolvimento do projeto em tela.

Tal iniciativa exigirá uma gama concentrada de esforços no processo de concepção e implementação, uma vez que demandará a participação de todas as unidades do Ministério, na busca por um sistema integrado que possibilite a geração de informações em todos os níveis: gerenciais (orçamento, finanças, planejamento, administração, recursos humanos etc.) e efetivamente de interesse cultural à sociedade. Essa realidade, inclusive, vai ao encontro do novo modelo de estrutura organizacional do Ministério da Cultura, objeto de estudo e aprovação pela Seges/MP, em que a tecnologia da informação ganha tratamento dentro do planejamento estratégico, por aglutinar em si os elementos essenciais para o armazenamento de toda e qualquer informação cultural, quer para o uso técnico, gerencial ou social.

Todos os mecanismos utilizados em busca da eficácia e eficiência do Programa concentraram-se na garantia de procedimentos para o funcionamento do Pronac, basicamente na manutenção dos serviços já desenvolvidos (recepção, análise, aprovação e acompanhamento de projetos), na adoção de medidas voltadas para o investimento em infra-estrutura (principalmente informática), como também na adoção de procedimentos de acompanhamento *in loco* de projetos

apoiados pelo MinC, proporcionando ganhos de eficiência, qualidade e tempestividade dos trabalhos e confiabilidade das informações. Essas ações envolveram recursos já previstos no PPA específicos para o Programa, como também em outros programas do MinC, situação esta que deverá merecer adequação no próximo PPA, de modo que sejam previstos os recursos necessários e adequados para o Programa **Gestão de Política de Cultura**. Não obstante, dada as peculiaridades do tema cultura, o Ministério ainda identifica dificuldades para a definição de indicadores que traduzam com fidelidade os objetivos dos programas concebidos, uma vez que o setor carece de informações que possibilitem a configuração.

Implementação

Os recursos previstos no PPA para o Programa **Gestão de Política de Cultura** para o período de 2000-2002 totalizaram R\$ 8.743.232,00. As leis orçamentárias para idêntico período totalizaram R\$ 7.199.579,00, ou seja, 82% dos recursos previstos no PPA. Esses valores foram definidos proporcionalmente aos limites concedidos para a elaboração dos orçamentos anuais, via de regra, sempre inferiores aos previstos no PPA. Assim, pode-se concluir que o MinC manteve a programação inicialmente prevista para o Programa, de modo a garantir a manutenção das atividades correlatas ao Pronac, bem como a manutenção dos sistemas informatizados de uso de cada unidade ou entidade vinculada.

A concepção do modelo de gestão por programas e a criação da figura do gerente de programas resultou em um aumento significativo de demandas e atribuições inerentes à equipe de planejamento e orçamento do Ministério (que ficou incumbida de dar suporte técnico ao gerente do Programa), equipe que não sofreu alteração significativa em termos quantitativos.

Os recursos humanos alocados nas unidades vinculadas destinadas à execução deste Programa encontram-se em seu nível mínimo necessário para a manutenção das atividades essenciais de cada órgão, comprometendo a qualidade das informações provenientes dessas unidades. A qualificação nas unidades descentralizadas, de uma maneira geral, é muito baixa. Esse anacronismo é decorrente também da falta de contingente, uma vez que, mesmo que se abra possibilidade de realização de cursos, a carência impede que as pessoas sejam liberadas para a realização dos mesmos.

Nas equipes locais também há defasagem quanto à qualificação dos recursos humanos. Contudo, deve-se pontuar que, em comparação com as unidades vinculadas, a equipe da administração direta encontra-se em vantagem. Dentre os principais motivos, pode-se citar a maior penetração de servidores de carreira e uma maior disponibilização relativa para a realização de cursos e eventos.

A capacitação de recursos humanos no âmbito do Programa, sempre que necessário, realizou-se basicamente em função do corpo técnico envolvido nas áreas de planejamento e orçamento. Buscou-se, complementarmente, dotar alguns setores dessas áreas de funcionários que dominassem a ferramenta Access, sendo realizado em parceria com o Senai em 2001, curso voltado para esse fim. Tal necessidade ocorreu em função dos sistemas locais existentes estarem estruturados em Access, responsáveis pelo suporte a todo o acompanhamento físico e financeiro das atividades do Ministério.

No futuro, com o avanço dos módulos do Sistema Nacional de Informações Culturais, há a possibilidade de várias parcerias externas com órgãos e entidades voltadas para o desenvolvimento de atividades ou detentores de informações culturais.

Este Programa não prevê parceria direta com outros programas, mas contribui indiretamente para o bom andamento de todos os demais programas que utilizem recursos ou mecanismos da Lei do Pronac (incentivos fiscais) e do FNC, pois cria condições necessárias para a boa e adequada manutenção relativa ao desenvolvimento das atividades relacionadas à referida Lei.

Atualmente, não há mecanismos formalizados de participação da sociedade no Programa. No futuro, com a implantação do Sistema Nacional de Informações Culturais, especificamente no que tange ao módulo de informações culturais voltadas ao atendimento de interesse público, prevêem-se vários mecanismos de comunicação com a sociedade. Vale registrar, contudo, que a página da internet permite a comunicação externa com a sociedade, via e-mail, cujo tratamento relacional se dá no âmbito dos diversos setores envolvidos do Ministério e de suas entidades vinculadas.

O público-alvo não está devidamente identificado, especialmente no que tange ao Sistema Nacional de Informações Culturais - SNIC, tanto do ponto de vista interno (gerenciamento de sistemas do MinC - Gestão), como do ponto de vista externo (informações culturais à sociedade). Com a continuidade da concepção e implementação do SNIC, tais dificuldades tendem a serem solucionadas, inclusive com a adequada identificação de público-alvo, para posterior adoção de mecanismos voltados para a mensuração da satisfação de usuários.

Livro Aberto

Resultados A Taxa de Municípios com Bibliotecas Públicas teve crescimento dentro das expectativas: de 57% dos municípios, em 1999/2000, com biblioteca pública, para 78%, em 2002.

A manutenção da execução em 2002 foi extremamente prejudicada em razão do contingenciamento imposto ao Orçamento Geral da União - Ministério da Cultura/SLL, não sendo possível a realização da compra dos livros/estantes para a montagem de novos kits, como estava previsto no OGU 2002, razão que reduziu a realização de diversas ações do Programa **Livro Aberto**, notadamente a de maior relevância, que é a Implantação de Bibliotecas Públicas em cada Município.

A distribuição de kits de livro, visando à implantação de bibliotecas, no exercício, ocorreu somente em razão de saldo remanescente da compra de livros em 2001. Não fosse o contingenciamento mencionado, a meta inicialmente prevista, possivelmente, teria sido ultrapassada, sobretudo se for levado em consideração a atual forma de implantação (doação de kits), que diminui de forma considerável seus custos.

Tendo em vista a distribuição de livros em razão de saldo remanescente da compra de livros em 2001, foi possível consolidar a nova metodologia, implantada em 2000, que trata da distribuição de kits de livros, em substituição ao modelo antigo (celebração de convênios com estados, municípios e entidades privadas, objetivando a implantação de bibliotecas públicas). O novo modelo demonstrou ser uma forma de grande eficácia, tanto do ponto de vista qualitativo quanto quantitativo, já que se compram mais livros e de melhor qualidade. Isso resulta de seleção realizada por pessoal especializado, designado por Portaria Ministerial, sendo a compra feita pelo Ministério da Cultura - MinC em grandes quantidades, permitindo a redução no custo de aquisição.

A ação Fomento a Projetos Culturais na Área do Livro e da Leitura recebeu especial atenção da unidade, tendo sido priorizados projetos de alta relevância para a cultura nacional e regional, sempre atendendo às diretrizes específicas da área e às exigências legais para o seu enquadramento, com ênfase para as manifestações culturais, apoio à produção literária e eventos literários.

Os trabalhos de implantação do Cadastro Nacional de Bibliotecas Públicas encontram-se em fase adiantada. Eles representam um marco importante na atuação da unidade em 2002, uma vez que será a base de estudos e pesquisas para estudiosos e a população. É a ferramenta do Ministério disponibilizada à sociedade em geral sobre a quantidade, localização e condições gerais das bibliotecas brasileiras - públicas, escolares e privadas.

Espera-se, para 2003, a continuidade das diversas ações constantes do Programa, especialmente a que diz respeito à Implantação de Biblioteca Pública em cada Município. Sua relevância para o Ministério da Cultura e para a sociedade é de suma importância, por se tratar de programa estratégico que tem por função impulsionar a cultura e a educação por meio do fomento ao hábito da leitura, sendo que no período 2000-2002 foram implantadas 979 bibliotecas públicas.

Concepção O baixo número de bibliotecas públicas existentes e o reduzido coeficiente nacional de leitura foram o ponto de partida para a criação do Programa.

Gerente:

Ottaviano Carlo de Fiore

Num primeiro momento, fez-se urgente aumentar o número de bibliotecas públicas, que passariam a atuar como verdadeiros centros de informação e cultura. Numa segunda fase, o Programa passou a prever a implementação (atualização e revitalização) das bibliotecas já existentes.

A implementação contínua de ações voltadas para a revitalização das bibliotecas públicas é prioridade a ser perseguida com grande empenho. Uma vez implantada, é de suma importância sua constante atualização do ponto de vista de acervo bibliográfico, mobiliário e de capacitação de pessoal.

O Programa pretende atingir estudantes, professores, pessoas da terceira idade, mães e público geral; aumentar o número de leitores e a participação do estado na impressão de livros, seja com o apoio do Fundo Nacional de Cultura ou do Mecenato.

Estudos devem ser feitos visando inventariar as regiões mais carentes do País, canalizando para elas maior atenção na concessão de benefícios do Programa, notadamente no que se refere às bibliotecas públicas.

A alocação de mais recursos financeiros para atingir as metas físicas é necessária para sucesso do Programa.

O indicador Taxa de Municípios com Bibliotecas Públicas deverá ser mantido. Indicadores alternativos que justifiquem a implantação/revitalização de bibliotecas em "zonas de perigo social" deverão ser pensados.

A pertinência de suas ações está ligada à demanda que as criou: aquisição do hábito da leitura e melhoria da performance escolar, sendo assim elas devem ser contínuas e priorizadas.

..... Implementação

O padrão de execução financeira para o período de 2000-2002 teve substancial elevação em relação à Lei, por meio de sua revisão, notadamente na ação Uma Biblioteca em cada Município. Nas demais ações, essa elevação foi de menor impacto.

Deve-se destacar que as restrições orçamentárias que ocorreram no período, com maior intensidade no ano de 2002, foram o que motivou a diminuição dos valores colocados à disposição do órgão para execução.

O acompanhamento do desempenho físico das ações descentralizadas é exercido pela gerência, por meio dos relatórios gerenciais produzidos pelo órgão de planejamento setorial do MinC, ou extraídos do Sigplan.

Os esforços de capacitação da equipe gerencial responsável pela implementação do Programa limitaram-se às reuniões de treinamento e capacitação ocorridas sempre às vésperas das realizações desses eventos.

Todo processo de capacitação deve ser contínuo. A dinâmica dos mecanismos de acompanhamento e controle, a legislação, os dados físicos/financeiros da execução e as questões conceituais devem merecer uma maior atenção por parte dos órgãos que administram o Sigplan às gerências, como forma de se obter um resultado mais esclarecedor e elucidativo.

As parcerias atuaram de forma compatível no cumprimento das metas acordadas. Como exemplo podemos citar o MEC/FNDE - doação de livros para formação de kits; MTb/FAT - treinamento e capacitação de pessoal que trabalha nas bibliotecas; MCT/Socinfo - informatização das bibliotecas por meio de recursos oriundos do FUST e a Embratel/I21 - propiciou a entrada de cem bibliotecas na internet com vídeo-conferência, todas decorrentes de contratos ou convênios.

A equipe gerencial tem buscado apoio junto aos segmentos organizados da sociedade, tais como: União Brasileira de Escritores, Coordenações Estaduais de Bibliotecas Públicas, CNBB, Comunidade Solidária e Associação Brasileira de Municípios.

A incorporação de usuários/beneficiários na implementação do Programa é importante, sobretudo se for considerado que os mesmos, em última análise, são os beneficiários do Programa.

Faz-se necessária uma maior disponibilização de equipamentos e mobiliários, em razão da atual carência, tanto tecnológica (computadores obsoletos) quanto de mobiliário em geral. O atendimento da presente questão seria inevitavelmente positivo pelas razões óbvias que decorrem de processos de modernização.

O espaço físico disponibilizado para execução do Programa/ações é bastante reduzido. Em que pese os esforços feitos pela administração no sentido de conseguir novas áreas, é, portanto, de suma importância o aumento do referido espaço físico para melhor acomodação das partes envolvidas em sua execução. A atual infra-estrutura, além de bastante reduzida, não é bem distribuída, uma vez que as unidades se misturam, tendo como conseqüência o comprometimento da execução de forma satisfatória do Programa e de suas ações.

A quantidade de pessoal envolvido na execução do Programa poderia ser aumentada, visando basicamente apoiar às gestões da equipe gerencial.

É grande a carência de recursos humanos, tanto do ponto de vista quantitativo como qualitativo, para a execução das ações do Programa. O poder público, por razões de caráter administrativo, não tem conseguido atender às demandas dos órgãos por um aumento em seus quadros, em que pese a conhecida escassez de pessoal por parte dos mesmos.

A redução das metas físicas e a adequação à rígida situação orçamentária fizeram a unidade realizar uma melhor gestão dos recursos disponibilizados, empregando-os em projetos estratégicos e de grande relevância.

Os baixos recursos financeiros transferidos para fazer frente aos atos pactuados complicaram a plena execução do limite.

A inadimplência de estados e municípios, fator impeditivo para a celebração de atos com a União, sempre tem um grande impacto restritivo nos projetos em geral. A solução foi buscar o atendimento a outros projetos similares e também prioritários.

Num contexto geral, o contingenciamento orçamentário foi a maior restrição à plena execução do Programa. As demais situações encontram-se numa escala bem menor de importância. A alternativa buscada como forma de solução possível foi efetuar uma concessão muito menor dos poucos recursos que eram disponibilizados, cabendo aos proponentes uma parcela maior de contrapartida daquela que normalmente lhes é devida pela legislação.

Basicamente, a apresentação incorreta de projetos e sua não regularização, e problemas com relação à comprovação de adimplência, foram os fatores de maior impedimento na finalização de diversos projetos, em que pese os esforços das partes no sentido de solucionar tais situações.

Não existem ações executadas em outras unidades administrativas do próprio Ministério.

Não foi possível a realização de pesquisa para mensuração de satisfação do usuário/beneficiário do programa, por razões da ordem operacional, técnica e financeira.

A possibilidade de realização de um planejamento adequado às necessidades dos beneficiários é talvez o melhor exemplo do modelo de gestão como forma de melhorar o desempenho da ação governamental na execução do Programa.

Monumenta: Preservação do Patrimônio Histórico

Resultados

A Unidade Central de Gerenciamento do Programa - UCG conseguiu desenvolver o componente Investimentos Integrados, onde estão alocadas as obras, somente a partir do segundo semestre deste ano de 2002.

Considerando apenas o desempenho financeiro como parâmetro para avaliar o alcance dos objetivos propostos, chega-se à conclusão de que o cronograma encontra-se atrasado. A partir daí seria necessário acelerar o desempenho para recuperar o atraso verificado, mesmo tendo a consciência de que o tempo de execução dos programas de natureza e complexidade similares ao **Monumenta** estende-se a até dez anos, com média de sete anos para a execução. Porém, pelo enfoque do alcance dos objetivos, levando-se em consideração os fatores inerentes ao Programa, e não somente aqueles relacionados ao desempenho financeiro, chega-se a uma conclusão mais holística e mais próxima da realidade que se vivencia.

Ainda assim pode-se enumerar alguns benefícios gerados pelo Programa até 31 de dezembro de 2001:

- Dentro do componente Investimentos Integrados, na cidade de Ouro Preto (MG), as obras emergenciais referentes à Capela N. S. das Dores, proporcionaram a garantia de preservação do Patrimônio, evitando-se seu arruinamento. Com o início das obras de restauração da Ponte de Antônio Dias, presume-se assegurada a recuperação daquele bem público que foi entregue à população devidamente recuperado para seu pleno uso.
- Em Olinda, foi concluída a obra emergencial para recuperação da Rua Saldanha Marinho, que impedirá desmoronamento dos monumentos localizados naquela via. Também no Rio de Janeiro estão em andamento as obras emergenciais no prédio Solar do Visconde do Rio Seco. As obras que ali estão sendo realizadas, com recursos da contrapartida municipal, evitarão a perda do imóvel que estava com sua estabilidade seriamente comprometida. Em Recife já foram contratadas as obras de urbanização do Cais da Alfândega, que permitirão melhor acessibilidade à área histórica de Recife, além do Conjunto Chanteclair.
- Como benefícios imediatos, oriundos do componente Treinamento e Formação de Mão-de-Obra, a especialização dos 34 mestres-artífices em Veneza tornou possível a estes profissionais serem convidados a participar de intervenções em monumentos históricos, pela *expertise* adquirida, elevando assim o padrão de qualidade das intervenções. A sensibilização dos mestres-artífices concretamente para o patrimônio arquitetônico brasileiro, em seus aspectos históricos, artísticos, construtivos e de alternativas de intervenção visando sua conservação vem sendo difundida nas suas cidades de origem, seja pela sua inserção na comunidade local, onde estes atuam como multiplicadores ou pela participação em diversas entrevistas para programas de TV e para artigos jornalísticos da imprensa local e nacional.

Gerente:

Pedro Taddei Neto

- Dentro do componente Fortalecimento Institucional, os inventários patrocinados pelo **Monumenta**, no âmbito do Projeto de Fortalecimento Institucional do Iphan, estão mobilizando um total de 400

profissionais para o levantamento de 12.587 imóveis, nas 27 cidades integrantes do Programa. A primeira etapa em execução nas cidades de Belém, Olinda, Recife, Rio de Janeiro, Paraty, São Luís, Alcântara, Ouro Preto e Mariana irá apresentar informações sobre 6.577 imóveis (levantamento arquitetônico, informações cadastrais, titularidade, estado de conservação etc.) e está sendo executada por equipes que integram técnicos do Iphan, professores das universidades locais, estagiários de arquitetura e membros da comunidade, mobilizando um total aproximado de 150 profissionais. Além dos inventários realizados, a execução destas ações traz aumento da conscientização das comunidades locais para a necessidade da conservação de nosso patrimônio histórico e da valorização de seus aspectos históricos.

Para os componentes Promoção de Atividades Econômicas e Programas Educativos, as ações executadas em ambos refletem dois objetivos principais a atingir:

- promover o Patrimônio Histórico, ampliando o conhecimento da população brasileira sobre o tema; e
- contribuir para o incremento do turismo cultural para as cidades beneficiadas pelo Programa.

No decorrer de 2001, os esforços no sentido de possibilitar a sistematização desse processo, com a abertura da licitação referente à contratação da agência de publicidade pelo Programa, que em audiência pública recebeu dezenas de sugestões e críticas, propiciou o benefício da concepção de um edital mais aperfeiçoado, que, certamente, acarretará em um resultado muito mais satisfatório para este Programa e, por conseguinte, para o MinC e para a sociedade brasileira. Na reunião dos Ministros da Cultura do Mercosul e na Feira Internacional do Livro de Guadalajara, no México, a exposição do Programa **Monumenta** concomitantemente com a publicação do livro *Historic Cities and Sacred Sites-Cultural Roots for Urban Futures* beneficiou o Programa e a imagem do Brasil no exterior, em função da exposição ter sido visitada por formadores de opinião e autoridades dos participantes. Com a inauguração da Primeira Sinagoga das Américas, a cidade de Recife entrou no circuito internacional do turismo religioso.

Concepção O patrimônio histórico urbano (edificações e logradouros) em quase todos os países sofreu, e ainda sofre, de um mal crônico: cidades, ou bairros de grandes cidades, foram abandonadas quando perderam interesse econômico, seja quanto à sua localização, seja quanto à sua adequação física; com isso perderam também seu valor imobiliário.

Paradoxalmente, esse desinteresse garantiu que se tenham preservado até hoje suas características originais, sem o quê teriam sido demolidos para dar lugar a edificações e vias mais adequadas à vida contemporânea. Esse mesmo desinteresse resulta, por conseguinte, na degradação progressiva dos imóveis, incentivando sua reocupação por população marginal, com o conseqüente aumento da depreciação dos valores imobiliários e com o desestímulo à inversão de recursos para a sua recuperação e conservação. Tal não ocorre nos períodos históricos em que a área apresenta interesse econômico, quando seu uso implica, automaticamente, a sua conservação.

No Brasil, a política oficial de preservação do patrimônio histórico iniciou-se nos anos 30, com a promulgação do Decreto-Lei nº 25, de 1936, pelo presidente Getúlio Vargas, que cria o instituto do "tombamento", pelo qual os bens

enquadrados nessa condição devem ser preservados por seus proprietários e ocupantes, bem como, sempre que os primeiros não tiverem recursos para tal, pelo governo das três esferas. Ora, sendo áreas depreciadas, em geral espólios antigos, heranças vacantes etc. e ocupantes carentes, quase sempre o encargo recai sobre os poderes públicos; e, sendo o tombamento federal, o encargo acaba por onerar o Tesouro Nacional. Isso resulta em um mecanismo deletério, vez que, a cada novo tombamento - ato este que visa o interesse coletivo da nação - o Governo Federal cria, por assim dizer, um novo encargo financeiro permanente para si.

Por outro lado, evidentemente, obras de recuperação ou conservação de imóveis históricos geram valor para as comunidades locais, como proprietários, ocupantes, vizinhos, o fisco municipal (que vê aumentada a base sobre a qual cobra o IPTU) e outros impostos, justamente para os agentes sociais que menos têm contribuído para tais obras.

O Programa **Monumenta** tem por objetivo romper com esse processo circular negativo para o País, por meio da implementação de processos de "redesenvolvimento" das áreas históricas urbanas sob proteção federal, consideradas prioritárias por seu valor histórico e artístico e pelo risco de perda definitiva de seus bens, associada à implementação de mecanismos de compartilhamento dos encargos da preservação com os setores público e privado locais, como governos estaduais, prefeituras, proprietários, ONGs, empresários etc.

Os processos de "redesenvolvimento" visam reverter as expectativas do mercado local quanto à área, resgatando suas funções econômicas, sociais e culturais e recuperando suas edificações, monumentos e logradouros.

Os mecanismos de compartilhamento visam "devolver" à comunidade local o desfrute dos bens sob proteção federal e as obrigações daí decorrentes, mantendo, contudo, na esfera federal, o poder normativo e fiscalizatório. Para tanto, o Programa compreende:

- um processo impessoal e transparente de classificação hierárquica das áreas históricas urbanas tombadas pela União, para inclusão no Programa;
- um processo comunitário participativo em cada cidade selecionada, para desenvolver o planejamento estratégico do respectivo Projeto; e
- fundos municipais de preservação, criados por lei, para administrar os recursos para a conservação permanente dos monumentos, que receberão recursos do retorno dos investimentos do Programa na cidade, dotações da municipalidade e patrocínios privados; seus conselhos curadores serão compostos paritariamente, por representantes do setor público de um lado (União, estado e município) e, de outro lado, por representantes do setor privado (comunidade, ONGs e empresariado), conforme disposto no Regulamento Operativo do Programa.

O Programa já gerou toda uma conjuntura estrutural metodológica e operacional capaz de ser replicada aos diversos executores na área do Patrimônio Histórico Urbano Nacional, como por exemplo o Programa de Revitalização de Sítios Históricos - PRSH, da Caixa Econômica Federal, que segue os preceitos do **Monumenta**, já em operação e com benefícios sendo gerados ao País e à população brasileira. Nota-se que os acertos para a criação desse Programa pela Caixa foram feitos pela Unidade Central de Gerenciamento - UCG, ocasião em que foram repassados modelos de instrumentos como o Regulamento Operativo e rotinas já implementadas na UCG e nas Unidades Executoras do Programa - UEPs.

Outro exemplo é o Projeto de ação conjunta com o BNDES para o co-financiamento de empreendimentos comerciais nas áreas do **Monumenta** (o primeiro empreendimento do tipo já está em obras, em Recife; trata-se de um shopping center e um conjunto de salas de cinema).

O Programa, ao detectar que a capacitação dos executores finais, os municípios, precisava ser aperfeiçoada, incrementou o componente Fortalecimento Institucional dos Municípios, dividindo-o em duas vertentes: uma, dirigida à operacionalização do Programa, onde se inclui uma ação de capacitação em serviço das equipes técnicas dos municípios, sendo os capacitadores, técnicos da Unidade Central de Gerenciamento - UCG, por serem detentores do conhecimento a ser repassado para as equipes municipais. Esta modalidade de capacitação é executada mediante demanda dos municípios ou por identificação, pela própria equipe da UCG, de necessidade de capacitação das equipes municipais; a outra, insere-se em todas as etapas operacionais, como a elaboração do planejamento em oficinas ZOPP, a construção do perfil do projeto local, até as ações relacionadas ao acompanhamento da execução das obras e prestação de contas.

A metodologia é a de utilizar as viagens de supervisão para cumprir esta capacitação, trabalhando diretamente com os técnicos municipais as deficiências operacionais identificadas. Não existe uma programação pré-estabelecida, mas uma estratégia implementada: em cada visita de supervisão nos municípios, as deficiências de capacitação e treinamento relacionadas diretamente ao Programa são objeto de uma capacitação ou de previsão desta capacitação em visita posterior.

Esta estratégia de capacitação está sendo implantada também com a equipe do MinC, nas áreas de interface com o Programa **Monumenta**. Especialmente o núcleo jurídico e o núcleo financeiro da UCG têm atuado nesta linha, capacitando a equipe do MinC para melhorar sua performance nas interfaces com ações e demandas do Programa **Monumenta**.

Por meio da "Pesquisa sobre conhecimento do patrimônio histórico, Metodologia", **Monumenta**, Ammirati Lintas, *Feedback*, São Paulo - em dezembro de 1998 foi medido o indicador Grau de conhecimento do patrimônio histórico sob proteção federal pela população. Sua evolução poderá ser conferida após a próxima pesquisa prevista para dezembro de 2003.

O indicador Quantidade de monumentos conservados de forma sustentável, medido pelos relatórios de fiscalização do Iphan e relatórios de execução orçamentária do MinC e do Iphan, utiliza o termo "monumento conservado de forma sustentável" como a manutenção das características patrimoniais dos monumentos restaurados pelo Programa, sem requerer recursos federais adicionais. Desta forma, poderá ser aferida a evolução deste indicador na medida em que as primeiras obras se concluíam e que a manutenção das mesmas não necessitem de recursos federais adicionais.

Implementação

A estratégia de implementação adotada, focada na descentralização, é, naturalmente, a mais adequada, pois o **Monumenta** foi concebido como um Programa de "devolução" a municípios de benefícios e ônus da preservação sustentável do Patrimônio Histórico, compreendendo a participação de prefeituras, governos estaduais, comunidades beneficiadas, ONGs e a iniciativa privada na sua implementação, mantendo, contudo, na esfera federal, o poder normativo e fiscalizatório.

É importante salientar que a descentralização das ações deste Programa por meio das Unidades Executoras do Programa - UEPs trás consigo os benefícios do uso e

fomento da capacitação locais e regionais, gerando incrementos significativos nessas economias, assim como deixando nos locais experiências técnicas para utilização em futuras intervenções neste e em outros Programas. Entretanto, a atuação dos municípios não pode ser considerada plenamente satisfatória.

O Programa foi praticamente paralisado pelas mudanças administrativas oriundas dos processos eleitorais, além do fato de as estruturas locais freqüentemente estarem aquém das necessidades de operacionalização de programas deste gênero. Daí o aperfeiçoamento do componente Fortalecimento Institucional dos Municípios, realizado pela UCG, descrito anteriormente.

Os recursos financeiros de origem orçamentária liberados para o Programa foram suficientes ante as necessidades de execução, uma vez consideradas as inúmeras dificuldades encontradas na condução do Programa, a saber:

- primeiro Programa de abrangência nacional para o patrimônio histórico no Brasil;
- primeiro Programa de preservação sustentável do patrimônio histórico, fora dos países desenvolvidos;
- primeiro Programa de financiamento à Cultura, com recursos de organismos multilaterais de financiamento;
- Programa inscrito na política de reforma do Estado e de "devolução" aos municípios de atividades tradicionalmente centralizadas, bem como na política de valorização da pluralidade étnica, cultural e geográfica do País;
- contingenciamento orçamentário imposto pelo Governo Federal a todos os programas integrantes do Avança Brasil, em 2002;
- descontinuidade administrativa dos municípios participantes do Programa;
- grande ampliação da abrangência do Programa; e
- freqüência com que as cidades permaneceram inscritas no cadastro de inadimplentes do Governo Federal.

No que diz respeito ao contingenciamento orçamentário, apesar do fluxo de recursos ter sofrido descontinuidade, isto não prejudicou decisivamente a execução planejada.

O controle do desempenho físico-financeiro encontra-se, neste momento, em fase de disponibilização de módulos do sistema para todas as Unidades Executoras dos Projetos (municípios), assim como junto ao Tribunal de Contas da União, Secretaria Federal de Controle Interno e BID. Esta medida visa, justamente, aperfeiçoar o controle do desempenho físico das ações com execução descentralizada, assim como o aumento da transparência das ações deste Programa.

A capacitação da equipe gerencial, responsável pela implementação do Programa, é feita por especialistas contratados especialmente com a finalidade de apoiar o Ministério da Cultura nesta atribuição e capacitar equipes de gerenciamento municipal ou regional (no caso do Iphan). Está prevista reciclagem e capacitação do corpo técnico do Iphan visando seu fortalecimento na execução das ações pertinentes às suas competências e no apoio ao gerenciamento do Programa **Monumenta**. No período de 2002, foi finalizada a elaboração do Plano de Capacitação dos Servidores do Iphan, que define as características e ações a serem desenvolvidas. Sua implementação em 2002 ficou prejudicada por causa do contingenciamento do orçamento federal.

Foi identificada a necessidade de uniformizar o conhecimento da equipe gerencial do Programa relativo à análise de orçamento e acompanhamento dos processos licitatórios relativos às obras objetos dos convênios firmados este ano. Esta equipe tem como uma de suas atribuições a capacitação em serviço das equipes municipais. Neste sentido, contrataram-se dois cursos específicos para toda a equipe diretamente relacionada com obras e seu acompanhamento: um curso sobre licitações e o outro sobre operacionalização do Sistema Nacional de Preços e Índices - Sinapi definido como base para as ações do PPA na área de construção civil.

Houve evolução do esforço de capacitação das equipes responsáveis pela implementação das ações nos níveis estadual e municipal, além das ações já descritas anteriormente. O Programa **Monumenta**, dentro do componente Fortalecimento Institucional, ainda prevê ações que se dividem em três vertentes:

- revisão da legislação e capacitação de agentes de cultura e turismo, a cargo do município (prevista para 2003);
- capacitação dos municípios para operar o Programa (em andamento); e
- capacitação dos municípios para gestão dos sítios históricos revitalizados (execução prevista para 2003).

A capacitação dos municípios para operar o Programa está prevista para iniciar no segundo semestre do corrente ano e refere-se à necessidade de apoiar alguns municípios participantes do Programa com assistência direta para colocar em marcha as ações programadas para o desenvolvimento dos projetos executivos dos investimentos propostos e para a sua contratação e supervisão. A Unidade Central de Gerenciamento está implantando um programa de assistência a estes municípios com a finalidade de assegurar a oportuna e eficiente execução das atuações e investimentos financiados pelo Programa. Este plano de capacitação é implementado em serviço pelos próprios funcionários da UCG, na medida da identificação dos principais gargalos de execução do Programa.

Neste esforço de capacitação para otimizar a operacionalização do Programa, já foram feitos mais de trinta eventos de capacitação em serviço com as equipes municipais. A assinatura de treze convênios novos este ano já é considerada resultado deste processo de capacitação.

No que tange ao desempenho dos parceiros na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas, o Programa sempre se norteou pela formação de parcerias para o cumprimento da boa execução do mesmo. Podemos citar alguns exemplos de parcerias de sucesso e outras que estão sendo firmadas, no âmbito do Programa **Monumenta**: convênios de ação conjunta com o MEC, visando a introdução de noções sobre o patrimônio histórico brasileiro na rede de ensino fundamental, por meio da TV Escola e a criação de escolas profissionalizantes (Proep) voltadas para o turismo, a hotelaria e a produção cultural nas cidades do **Monumenta**.

Ficará a cargo do Ministério da Cultura, por intermédio do Programa, a produção do material de audiovisual e de cartilhas pedagógicas. O Ministério da Educação irá exibir o material na TV Escola. Convênio com a Fundação Padre Anchieta para a produção e emissão pela Rede Pública de Televisão - RPTV de uma série de vídeo-documentários sobre as cidades históricas do Programa (esses vídeos serão dublados e distribuídos pela Embratur nos principais pólos emissores de turismo no exterior). Foram elaborados e orçados dez roteiros diferentes sobre algumas das cidades históricas que participam do Programa.

Realizou-se um convênio com o Ministério do Esporte e Turismo (Programa Pólos de Ecoturismo) para a produção e difusão de roteiros integrados de turismo cultural e ecológico nas áreas de atuação dos dois programas. Efetivou-se também um convênio com a Imprensa Oficial do Estado de São Paulo - Imesp para a edição e distribuição de oito títulos inéditos da "Coleção Monumenta".

No âmbito da existência de mecanismos permanentes de participação da sociedade (usuário/beneficiário) no Programa, deve-se enfatizar que na etapa antecessora e obrigatória para assinatura de convênio de financiamento com os municípios são elaboradas cartas-consulta que, por sua vez, são originadas de uma oficina de planejamento participativo, onde todas as lideranças representativas dos municípios (multiplicadores de opinião) marcam presença. O Programa tem instituído um processo comunitário participativo em cada cidade selecionada para desenvolver o planejamento estratégico do respectivo Projeto.

O Programa, conforme o disposto em seu Regulamento Operativo, tem como pré-requisito para a assinatura de convênio de financiamento com os municípios, a criação de fundos municipais de preservação, criados por lei, para administrar os recursos para a conservação permanente dos monumentos, que receberão recursos do retorno dos investimentos do Programa na cidade, dotações da municipalidade e patrocínios privados; seus conselhos curadores serão compostos paritariamente, por representantes do setor público de um lado (União, estado e município) e, de outro lado, por representantes do setor privado (comunidade, ONGs e empresariado).

A consulta ao público-alvo, por este Programa, será realizada por meio de pesquisa de satisfação do usuário/beneficiário, ao final do ano de 2003.

Museu, Memória e Futuro

Resultados O Programa **Museu, Memória e Futuro** possibilitou, ao longo dos três anos de implementação, a realização de importantes projetos para os museus federais, com a aquisição de equipamentos, reformulação de exposições, elaboração de projetos museográficos e museológicos, melhoria no sistema de climatização, tratamento técnico, aquisição e conservação de acervos, entre outros. Promoveu também a capacitação de técnicos ligados ao setor museológico com a realização de seminários, simpósios e apoio à participação de técnicos em diversos eventos. Outra ação importante foi o apoio à realização de exposições promovidas pelos museus, que tiveram grande visitação do público, incluindo-as no mesmo patamar das exposições internacionais. Em 2002, no entanto, o Programa foi extremamente prejudicado, tendo em vista que os fortes contingenciamentos orçamentários não permitiram a realização ideal dos projetos planejados. Além disso, a escassez de recursos destinados ao Programa inviabiliza a continuidade de alguns projetos e a realização de novos. A demanda apresentada pelos museus federais está bem acima do que permite realizar o Programa, o que acaba focalizando somente o atendimento às prioridades. Torna-se necessário aumentar os recursos destinados ao Programa e a sua respectiva liberação em tempo hábil, a fim de possibilitar uma maior efetividade das ações implementadas.

Espera-se, em 2003, possibilitar a climatização de diversas unidades museológicas que não puderam ser concluídas até o momento. A climatização é de fundamental importância para os museus, tendo em vista a necessidade de condições climáticas apropriadas para conservação do acervo e de tratamento especial de acordo com sua especialidade. O aparelhamento dos museus com equipamentos adequados para permitir a melhoria na realização de seus trabalhos e atendimento ao público será priorizado, bem como o tratamento, preservação e difusão de seu acervo, e execução de obras e serviços emergenciais.

Será priorizada também a capacitação de recursos humanos, devendo ser preparado um conjunto de cursos de capacitação em nível nacional.

Concepção O atual conceito de museu, elaborado pelo Conselho Internacional de Museus, organismo ligado à Unesco, o define como uma instituição permanente, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que investiga, incorpora, inventaria, conserva, interpreta, expõe e divulga testemunhos do homem e da natureza, com o objetivo de aumentar o saber, salvaguardar o patrimônio e valorizar a identidade, a educação e o deleite.

O Programa **Museu, Memória e Futuro**, em consonância com o conceito de museu acima descrito, é um importante instrumento do Governo Federal para propiciar esses serviços à população, assim como para melhorar as atividades por eles desenvolvidas.

Para cumprir com efetividade seu papel social e cultural, os museus federais necessitam de um redimensionamento gerencial que lhes dê condições de sustentabilidade, de modo a incluí-los no mesmo patamar dos museus internacionais.

Para os próximos anos, há a necessidade de redefinir a meta física da ação Identificação e Inventário de Acervos Museológicos, tendo em vista que atualmente encontra-se subdimensionada. Hoje, a meta física está estipulada em 1.250 bens inventariados/identificados, que tem sido inferior à efetivamente realizada. Esse fato decorre também da dificuldade de se precisar a quantidade de bens que podem ser inventariados. Um patamar que poderia ser estipulado é o de três mil bens inventariados/identificados.

Gerente:

Octávio Elísio Alves de Brito

Uma ação freqüentemente desenvolvida pelo Programa, mas que não aparece como um produto gerado, é o apoio à capacitação de técnicos ligados ao setor museológico. Isso acontece em vista de que o Programa apóia a capacitação dos técnicos concedendo basicamente passagens e diárias para que possam participar de congressos, simpósios, *workshops* e outros eventos de interesse para as atividades desenvolvidas pelos museus. Essa ação implementada pelo Programa aparece apenas como apoio técnico, não configurando um produto específico. O Programa prevê a possibilidade de atendimento a qualquer museu federal. No entanto, considerando o total dos recursos orçamentários, o mesmo tem-se restringido aos museus vinculados ao Ministério da Cultura, com algumas exceções, como é o caso do Museu do Índio, do Ministério da Justiça.

No ano de 2000, por ser o primeiro ano de implementação do PPA 2000-2003 e deste Programa, a execução financeira foi parcialmente prejudicada em vista de que os recursos financeiros foram liberados somente no segundo semestre. Em 2001, a execução entre planejado e realizado foi plenamente satisfatória, em função de os recursos terem sido liberados em tempo hábil, propiciando maior segurança e efetividade na realização dos projetos. Além disso, por meio de alteração introduzida pela LOA de 2001, foi reduzido o número de ações previstas no Programa, possibilitando um melhor planejamento e gerenciamento do mesmo. Em 2002, a execução do planejado foi brutalmente prejudicada, em função do contingenciamento dos recursos financeiros. Desta forma, muitos projetos ficaram impossibilitados de serem implementados, executando-se tão-somente uma pequena parte do que foi planejado.

As atividades a serem executadas durante o ano pelo Programa são decididas pela equipe gerencial, juntamente com os diretores dos museus federais vinculados ao Ministério da Cultura, em reunião realizada no início de cada exercício financeiro.

Ademais, deve-se ressaltar que os recursos orçamentários estão bem abaixo das necessidades dos museus.

Não obstante, apesar do forte contingenciamento orçamentário característico do ano de 2002, o Programa possibilitou a concretização de alguns importantes projetos dos museus ligados ao Ministério da Cultura, priorizando, neste exercício, a capacitação dos técnicos ligados aos museus. As ações que mais contribuíram para se atingir os objetivos do Programa foram as de Funcionamento de Museus da União e Promoção e Intercâmbio de Eventos Museológicos.

O Programa apoiou, com a concessão de bolsas de inscrição e com a parceria da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa - Fundep, a participação de técnicos brasileiros no 13º Encontro Trienal do Conselho Internacional de Museus - ICOM-CC. Esse congresso trienal é o maior evento internacional na área de conservação e restauração de bens móveis e integrados, reunindo profissionais de museus e conservação de mais de cinquenta países. Com o apoio do Programa, foi possível viabilizar a participação de profissionais brasileiros no evento, o que representa uma oportunidade única de trocar experiências e inteirar-se das questões mundiais que estão sendo discutidas na área.

Outra ação na área de capacitação de recursos humanos foi a realização dos Seminários de Capacitação Museológica, promovidos pelo Museu de Artes e Ofícios e Instituto Cultural Flávio Gutierrez, de Belo Horizonte (MG). Os seminários foram compostos de três módulos: 1º - Programa Museológico: Princípios e Metodologia de Trabalho; 2º - Conceito Museológico e Salvaguarda Patrimonial; e 3º - Programas de Comunicação: Exposição, Educação e Avaliação. Os seminários tiveram como objetivo discutir temas relacionados ao conceito gerador dos museus, ações interdisciplinares, pedagógicas, de

Implementação

requalificação urbana e de formação, diagnóstico patrimonial, armazenamento e tratamento de acervos, dentre outros, com a participação de especialistas convidados de diversas organizações congêneres no Brasil e no exterior.

Merece destaque, ainda, o apoio para os eventos e atividades realizados em prol das comemorações dos oitenta anos do Museu Histórico Nacional. Foram realizadas exposições para apresentar ao público parte do acervo guardado em reserva técnica, provocando uma reflexão sobre o ano de 1922, repleto de acontecimentos marcantes, proporcionando ao público uma reflexão e um maior conhecimento sobre a área da cidade onde está instalado o Museu. Foi realizado também um seminário internacional, nos campos das Ciências Humanas e de Pesquisa - do Brasil e do exterior - visando a troca e a ampliação de conhecimentos, contemplando questões abrangentes com temas de interesse para museus em geral e para os de história em particular, para o qual foram convidados cientistas de produção reconhecida.

Quanto à ação Funcionamento de Museus da União, além de ser a que mais dispõe de recursos, é de suma importância para a manutenção das atividades desenvolvidas pelos museus em seu dia-a-dia. Por meio dessa ação, o Programa ofereceu o aporte financeiro para as atividades de manutenção física dos prédios e acervos, vigilância e limpeza; manutenção de espaços de exposições e reservas técnicas e manutenção de atividades educativas, culturais e de difusão de museus, atendendo não só os museus de grande porte, mas também os museus menores, como os regionais de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul e do Nordeste.

Um dos principais fatores que dificultam a implementação do Programa são as determinações legais para a formalização de convênios, como a exigência de diversas certidões e declarações. Os trâmites burocráticos também dificultam a sua implementação. Geralmente, os convênios são firmados com entidades vinculadas ao Ministério da Cultura (Iphan, Funarte e Fundação Casa de Rui Barbosa). O processo de assinatura do convênio, além de tramitar por várias divisões do Ministério, também passa por diversas tramitações nas entidades vinculadas. A exigência de contrapartida das entidades vinculadas do MinC também é um fator que prejudica a implementação do Programa.

Devido à carência de apoio técnico atuando no Programa, não é possível efetuar o efetivo acompanhamento dos executores das ações. No entanto, é efetuada a coordenação e orientação na elaboração e concepção dos projetos apoiados.

Não existe uma efetiva apuração dos indicadores estipulados para o Programa. Quanto à adequada avaliação, o Programa vê-se prejudicado pela falta de órgão ou pessoas aptos para executá-la.

O Programa não dispõe de um mecanismo sistematizado de consulta ao público-alvo (população brasileira). Somente foi efetuada uma consulta aos diretores dos museus e demais clientelas diretamente beneficiadas pelo Programa, no ano de 2000, apresentando questões sobre a concepção, execução e implementação do mesmo, a fim de proceder à sua avaliação.

As Associações de Amigos dos Museus são peças-chave no complemento de aporte financeiro e gerencial, além de disporem de grande agilidade e experiência na implementação das atividades desenvolvidas pelos museus. As parcerias neste Programa foram intensas no seu primeiro ano de execução, quando houve grande apoio das Associações de Amigos dos Museus. A partir de 2001, em função de restrições a convênios com essas associações, o desempenho de sua atuação diminuiu. Entretanto, hoje continuam sendo importantes parceiros em todas as atividades desenvolvidas pelos museus.

Música e Artes Cênicas

No período 2000-2002, o Programa alcançou o resultado previsto – aproximadamente 734 Bandas de Música apoiadas. Entretanto, o indicador Taxa de Bandas de Música não é suficiente para mensurar o Programa como um todo. Seria necessário criar outros indicadores, de abrangência, apesar de não existir equipe disponível para executar esta tarefa, nem recursos orçamentários para contratar a sua realização. Além disso, foram apoiados 323 projetos de Música e Artes Cênicas. Em 2002, foram apoiados 124 projetos dentro do concurso EnCena Brasil – que apóia a montagem e circulação de espetáculos de artes cênicas –, 23 projetos dentro do Prêmio Estímulo ao Circo e quinze projetos dentro do concurso de Apoio a Orquestras.

Resultados

O Programa não foi concebido como resposta a um problema específico, mas como continuidade das ações do Governo Federal na área da Cultura, reconhecidas como indispensáveis e importantes. Como consequência, a formulação do problema foi feita a *posteriori*, de acordo com as Orientações Estratégicas da Presidência da República: cultura como "direito" e como atividade econômica relevante a ser fortalecida.

Concepção

O Ministério da Cultura continua necessitando de uma reforma administrativa ampla, que solucione as dificuldades geradas pela duplicação e superposição de competências entre o Ministério e suas vinculadas, bem como a inadequação entre a estrutura do órgão e as tarefas que executa e deveria executar.

Não existem ainda, e precisam ser criadas, interfaces com o MEC (em educação musical e disseminação da música e das artes cênicas nas escolas), com o MPAS (com o acesso da população de baixa renda a espetáculos de música e artes cênicas), com o MJ (com as artes cênicas e particularmente música como instrumento de integração de deficientes físicos, e políticas de acesso à música e artes cênicas como garantia de direito constitucionalmente previsto), com o MF e MDIC (políticas de fortalecimento da música e artes cênicas como atividades econômicas). A interface com o MRE precisa ser fortalecida.

Há necessidade de envolver mais diretamente as associações de classe de artistas e produtores culturais. Algumas das ações são dependentes da demanda da sociedade, de maneira que se torna particularmente difícil nortear estes esforços em direções bem definidas, amparadas por uma política cultural mais ampla. A concentração da demanda da sociedade nas Regiões Sul, e sobretudo Sudeste, dificulta a adequada regionalização do Programa.

O Programa funcionou, em grande parte, respondendo às demandas da sociedade e do segmento cultural. A partir de 2001, iniciou-se a busca de uma linha de ação mais pró-ativa, no sentido de estimular, direcionar e educar a demanda social refletida nos resultados obtidos durante o período.

A ação Fomento a Projetos Culturais constitui na realidade um "guarda-chuva", abrangendo diversas iniciativas que não se enquadram facilmente em nenhuma das outras ações. Por este motivo, trata-se de uma ação ao mesmo tempo necessária e extremamente problemática. Na medida em que cada uma das outras ações constitui um mecanismo bastante específico, voltado para uma área muito delimitada, é necessária uma ação de cunho geral, para poder tomar iniciativas referentes a atividades não previstas nas demais ações. Contudo, sua existência acarreta o permanente risco de interferência nas prioridades

Gerente:

Joatan Vilela Berbel

técnicas, assim como acaba por manter aberta a possibilidade de contemplar atividades que se enquadrariam melhor em outras ações, quando a disponibilidade de recursos é insuficiente ou incompatível com o cronograma. As metas físicas são formuladas para serem compatíveis com os recursos orçamentários existentes, não para serem adequadas aos problemas que o Programa se propõe a resolver.

Implementação

Basicamente, a estratégia de implementação permitiu verificar em que medida as ações do MinC são ainda dependentes de estímulos externos (demanda da sociedade, em especial dos produtores culturais), e iniciar o trabalho na direção da definição de uma linha de ação mais pró-ativa, no sentido de estimular, direcionar e educar a demanda social, dentro de uma política cultural mais ampla. São exemplos nítidos o EnCena Brasil, o Prêmio Estímulo ao Circo e o Concurso Nacional de Textos Teatrais Inéditos.

Embora os recursos tenham sido, durante a maior parte do período, suficientes para realizar as ações planejadas, o Programa necessita ainda ser ampliado e fortalecido, para o que se faz necessário aumentar os recursos. No ano de 2002, especificamente, as restrições orçamentárias prejudicaram seriamente a implementação do Programa.

A liberação dos recursos orçamentários continua a ser fragmentada e não corresponde a nenhum critério técnico compatível com a implementação do PPA. Grande parte dos recursos só é liberada no final de cada ano, acarretando sobrecarga de trabalho e queda na qualidade das decisões tomadas. Para contornar as dificuldades geradas pelo represamento da liberação orçamentária, optou-se às vezes por empenhar recursos em planos internos inadequados, prejudicando a sistemática de acompanhamento do PPA.

Grande parte do Programa – especialmente a Ação Fomento a Projetos Culturais – é executada descentralizadamente, envolvendo contrapartida de estados, municípios e entidades da sociedade civil. É preciso ressaltar, porém, que não há sistema de informações sobre a execução física. As informações existentes não são sistemáticas e somente existem devido à natureza pública dos projetos implementados.

Não há uma política coerente de qualificação profissional, nem existe um diagnóstico das deficiências. A interface entre a área fim e a área de treinamento é frágil, assim como a relação com a ENAP. A sobrecarga de trabalho, causada pela carência de mão-de-obra, torna praticamente impossível a liberação do pessoal das suas tarefas cotidianas para atividades de treinamento.

A sociedade participa de forma organizada e significativa. Mecanismos de participação têm sido implementados, como o Fórum de Orquestras, o Seminário Circo, Direitos e Deveres e concursos, como o Concurso Nacional de Textos Teatrais Inéditos. A participação tem aumentado e este aumento tem sido estimulado pelo Programa.

Na concessão de incentivos fiscais verifica-se a dificuldade de alavancar regiões com grande riqueza cultural, porém com dificuldades socioeconômicas, pois a atuação do MinC, neste caso, apenas responde às demandas da sociedade, concentrada nas regiões Sudeste e Sul. A realização de convênios com estados, municípios e instituições privadas sem fins lucrativos, dentro dos atuais limites orçamentários, não pode compensar este desequilíbrio.

Pode-se considerar que o Programa não tem um sistema de consulta ao público-alvo. Não há também equipe disponível para trabalhar na elaboração e implementação de um sistema desta natureza, nem recursos para contratá-las no mercado.

Produção e Difusão Cultural

Resultados

Não foi possível aferir a variação dos indicadores, pois são necessárias informações advindas dos demais órgãos responsáveis pela execução das ações. Registra-se a dificuldade enfrentada na sua obtenção e na ausência de mecanismos que possibilitem ao gerente uma cobrança mais incisiva aos dirigentes daqueles órgãos. Não há como prever o alcance dos indicadores para o final de 2003, visto que inexistem mecanismos disponíveis para tal aferição. Em 2002, não se alcançou resultados expressivos.

Conforme descrito na avaliação 2001, foram encontradas dificuldades no que se refere à obtenção de informações detalhadas dos órgãos responsáveis pela execução das ações, restando o relatório da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, do Ministério da Cultura - SPOA/MINC como única ferramenta disponível e capaz de trazer algumas informações sobre a execução do Programa.

Houve um considerável retrocesso na execução do Programa em relação ao exercício anterior, haja vista a falta de recursos financeiros. Especialmente no período de maio a setembro, em virtude da Lei Eleitoral, o Programa ficou paralisado, sendo impossível obter informações das demais entidades envolvidas.

Concepção

A demanda da sociedade, à época da concepção do Programa, fundamentava-se na ausência de iniciativas governamentais específicas para o setor de produção e difusão cultural, especialmente nas áreas de promoção e circulação de espetáculos, mostras e eventos, por todo o País, relacionados com as expressões culturais nacionais, adequação e aparelhamento de espaços culturais – técnica e operacional – para a plena realização das atividades, visando a melhoria e ampliação do atendimento à sociedade, objetivando, desta forma, o aumento da produção e a difusão cultural no País e no exterior.

A experiência de quase três anos demonstrou que as maiores dificuldades se deram na execução pela falta de uma equipe de gerência e pela contumaz ausência de recursos. Faz-se necessária a criação de uma equipe de gerência com dedicação exclusiva visando ao desenvolvimento dos trabalhos de acompanhamento da execução do Programa. Com a criação dessa equipe e, sendo o gerente imbuído do poder de exigir das unidades as informações necessárias ao acompanhamento do Programa, certamente os mecanismos para um melhor desempenho aparecerão naturalmente.

Importante é a criação de mecanismos para melhorar a articulação com as demais unidades do(s) ministério(s) – Fundação Biblioteca Nacional, Fundação Casa de Rui Barbosa e parceiro (Fundação Joaquim Nabuco/MEC) –, que também executam ações dentro do Programa.

Relativo à execução, é necessário permitir maior espaço ao gerente no que concerne ao direcionamento das ações, realizadas por outras unidades executoras, objetivando uma supervisão mais adequada sobre a obtenção dos resultados.

Durante o presente exercício, as ações pertinentes ao Programa tiveram desempenho abaixo do previsto, em função das sérias restrições orçamentárias e financeiras, o que implicou negativamente a obtenção dos resultados.

Gerente:

Márcio Gonçalves Bentes de Souza

Implementação

A execução financeira ao longo do período vem sofrendo restrições, considerando que até o mês de outubro o percentual de execução de 2002 se mostrou pífio, em torno de 14% do orçamento previsto. A continuar este padrão de execução, o Programa não atingirá com plenitude as metas estabelecidas para 2003.

Para o novo PPA 2004-2007, a gerência deve dispor de recursos humanos, infra-estrutura e, principalmente, mecanismos que possibilitem uma ação mais efetiva junto aos parceiros, especificamente sobre intempestividade de informações e andamento das ações do Programa para que, desta forma, possa desenvolver sua função a contento.

O Ministério da Educação, por meio da Fundação Joaquim Nabuco, é parceiro do Programa. As ações que lhe cabem são:

- Edição de Livros, Revistas Científicas e Anais: execução no período 2000-2002 no valor de R\$ 161.926,00.
- Produção de Vídeo e Multimídia: execução no período 2000-2002 no valor de R\$ 255.306,00.
- Promoção e Intercâmbio de Eventos Culturais: execução no período 2000-2002 no valor de R\$ 545.048,00.

Cumpram esclarecer que não existe equipe gerencial constituída para acompanhar a execução do Programa. Contudo, há que se ressaltar o esforço dos servidores na tentativa de assessorar o gerente no acompanhamento do Programa.

Não foi colocada em prática nenhuma forma de pesquisa para aferir a satisfação do usuário.

Não houve como planejar a realização das ações no ano de 2002, visto que no período de maio a setembro não foram liberados recursos financeiros para as atividades finalísticas, o que acarretou uma verdadeira desordem na execução do Programa.

Esta gerência só pode reportar as dificuldades enfrentadas pela Funarte na execução do programa, pois não tem conhecimento das dificuldades vivenciadas pelos demais órgãos que também executam ações que compõem o Programa.

As dificuldades concentraram-se sobretudo na gerência, que não dispôs de uma equipe para a correta realização da tarefa que lhe foi confiada. A quantidade de recursos humanos na equipe gerencial e nas equipes locais foi insuficiente. Não existe equipe gerencial, bem como não houve reposição por parte do governo findo de técnicos que se aposentaram ou se desligaram do setor cultural ao longo dos anos.